

### HAVAN S.A.

#### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 com relatório do auditor independente



### HAVAN S.A.

#### Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

#### Índice

Comentário de desempenho .....	01
1) Mensagem da diretoria .....	01
2) Valores corporativos .....	01
3) Desempenho operacional .....	01
4) Desempenho financeiro .....	01
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras ..	01
Balancos patrimoniais .....	02
Demonstrações dos resultados .....	02
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	02
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	03
Demonstrações do valor adicionado .....	03
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	03
1. Contexto operacional .....	03
2. Políticas contábeis .....	03
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas .....	06
4. Caixa e equivalentes de caixa .....	06
5. Aplicações financeiras .....	06
6. Contas a receber de clientes .....	06
7. Estoques .....	07
8. Impostos a recuperar .....	07
9. Imobilizado .....	07
10. Partes relacionadas .....	07
11. Empréstimos, financiamentos e debêntures .....	08
12. Fornecedores .....	08
13. Obrigações tributárias .....	08
14. Imposto de renda e contribuição social .....	08
15. Arrendamentos .....	08
16. Outros passivos .....	09
17. Provisão para contingências de riscos tributários, cíveis e trabalhistas ..	09
18. Patrimônio líquido .....	09
19. Instrumentos financeiros .....	09
20. Receita operacional líquida .....	10
21. Gastos por natureza .....	10
22. Resultado financeiro .....	10
23. Outras receitas (despesas) operacionais .....	10
24. Transações que não afetaram o caixa .....	10
25. Cobertura de seguros .....	10

### Comentário de desempenho

#### 1) Mensagem da diretoria

"Lucro é subproduto das coisas bem-feitas." (Autor: Philip Kotler)

Refletindo sobre nossa mensagem de 2021: "Foram 35 anos com realizações maravilhosas e não esperamos diferente do próximo ano que está por vir. Continuaremos buscando por relacionamentos saudáveis e sustentáveis. Sempre mirando o longo prazo e sustentabilidade da Havan, gerando empregos, abrindo lojas, buscando por resultado positivo e pela geração de caixa. Acreditando assim que muitas outras boas notícias virão, que os filhos, netos e bisnetos de nossos stakeholders estejam nessa jornada com a Havan."

O ano de 2023 não poderia ter sido diferente, buscamos o desenvolvimento sustentável da Havan. Atingimos uma receita operacional bruta de R\$ 12.915.151, embora tenhamos reduzido nossa receita operacional bruta em 9,4%, realizamos um trabalho focado na melhoria da nossa margem bruta, tendo um êxito de 3,9 p.p. de melhoria, alcançando a marca de 40,1%. Aliado a essas conquistas mantivemos um controle rígido das despesas operacionais recorrentes.

Buscamos uma eficiência nos resultados financeiros, com uma redução de 28,4%, fruto de um excelente trabalho com os recursos financeiros da Havan, onde iniciamos o ano com uma dívida líquida de R\$ 1.279.808 para uma disponibilidade líquida de R\$ 666.146, uma disponibilidade de Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 1.911.238.

Todos esses fatores geraram um excelente resultado líquido no montante de R\$ 600.454, que refletiu uma margem líquida de 6,4% e uma melhora de 2,4 p.p. comparados ao exercício anterior. No quarto trimestre alcançamos os incríveis 13,7% de margem líquida, representando uma melhora de 7,5 p.p., portanto, um aumento de 111,7% do lucro líquido.

Não podemos deixar de destacar as inaugurações e reinaugurações. Ampliamos nossa área de vendas em 5.550 com a abertura da nossa megaloja em Ji-Paraná, Rondônia, e tivemos a emocionante reinauguração de Vitória da Conquista, reaberta em menos de um ano após a fatalidade que a loja sofreu. Reforçando nosso propósito de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil, oferecendo oportunidades para que novos e antigos clientes se conectem à magia da Havan.

Para compartilhar o fruto de todo esforço e dedicação, destacamos que nossos colaboradores, são participantes do benefício do nosso Programa de Participação de Resultados, sem os quais não teríamos o sucesso que temos.

Expressamos nossa sincera gratidão a todos, pois, sempre devemos nos lembrar de agradecer aos nossos colaboradores, fornecedores, parceiros e clientes, nosso MUITO OBRIGADO!

Estamos confiantes e preparados para desbravar um 2024 ainda mais magnífico! Mantendo a nossa chama de responsabilidade e sustentabilidade, buscando resultados que respaldem para o bem de todos. Que seja um ano excepcional para todos nós!

Brusque, 12 de março de 2024.

A DIRETORIA

#### 2) Valores corporativos

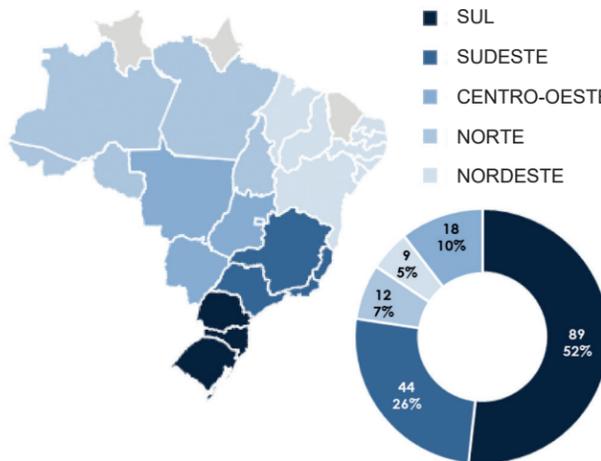
A Havan tem como posicionamento estratégico oferecer soluções diferenciadas, fundamentado em escala operacional, marketing agressivo, utilizando marcas próprias e líderes de mercado, bem como oportunizar crescimento profissional.

<b>PROPÓSITO</b>	<b>PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL</b>
<b>NEGÓCIO</b>	<b>PROPORCIONAR PRAZER EM COMPRAR</b>
<b>MISSÃO</b>	<b>SURPREENDER E ENCANTAR A TODOS</b>
<b>VISÃO</b>	<b>SER A MELHOR LOJA DO BRASIL</b>
<b>VALORES</b>	<b>ÉTICA, ATITUDE, SIMPATIA, HUMILDADE E COMPROMETIMENTO</b>

#### 3) Desempenho operacional

A Havan possui 172 megalojas físicas e 1 e-commerce em operação no Brasil, totalizando 852,3 mil m² de área de vendas disponíveis, com uma média de área de vendas por loja de 4.955 m². Em 30 de setembro de 2023 reinauguramos nossa megaloja de Vitória da Conquista, que foi acometida por um incêndio no final de 2022, e no mês de dezembro inauguramos a megaloja de Ji-Paraná/RO.

As megalojas estão distribuídas em todas as regiões do Brasil, localizadas em 23 Estados e no Distrito Federal, conforme mapas abaixo:



#### 4) Desempenho financeiro

A Companhia apresenta seus resultados do quarto trimestre de 2023 (4T23) e dos doze meses de 2023 (12M23), assim como os saldos comparativos para o mesmo período do ano de 2022.

Resultado (R\$ milhares)	4T23	A.V.	4T22	A.V.	Var.
<b>Receita bruta</b>	<b>4.048.943</b>	<b>137,9%</b>	<b>4.237.417</b>	<b>138,0%</b>	<b>-4,4%</b>
Impostos e cancelamentos	(1.113.019)	-37,9%	(1.166.145)	-38,0%	-4,6%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.935.924</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.071.272</b>	<b>100,0%</b>	<b>-4,4%</b>
Custo de mercadorias vendidas	(1.708.325)	-58,2%	(1.961.271)	-63,9%	-12,9%
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.227.599</b>	<b>41,8%</b>	<b>1.110.001</b>	<b>36,1%</b>	<b>10,6%</b>
Margem bruta	41,8%		36,1%		5,7 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(72.726)	-2,5%	(109.772)	-3,6%	-33,7%
Despesas com vendas	(483.034)	-16,5%	(479.159)	-15,6%	0,8%
Outras receitas operacionais	66.370	2,3%	3.056	0,1%	2071,8%
<b>Lucro operacional (EBIT)</b>	<b>738.209</b>	<b>25,1%</b>	<b>524.126</b>	<b>17,1%</b>	<b>40,8%</b>
(+) Depreciações e amortizações	100.185	3,4%	80.973	2,6%	23,7%
<b>EBITDA</b>	<b>838.394</b>	<b>28,6%</b>	<b>605.099</b>	<b>19,7%</b>	<b>38,6%</b>
Margem EBITDA	28,5%		19,6%		8,9 p.p.
Resultado financeiro	(178.770)	-6,1%	(178.830)	-5,8%	0,0%
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>559.439</b>	<b>19,0%</b>	<b>345.296</b>	<b>11,2%</b>	<b>62,0%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(158.254)	-5,4%	(155.778)	-5,1%	1,6%
<b>Lucro líquido</b>	<b>401.185</b>	<b>13,7%</b>	<b>189.518</b>	<b>6,2%</b>	<b>111,7%</b>
Margem líquida	13,7%		6,2%		7,5 p.p.

Resultado (R\$ milhares)	12M23	A.V.	12M22	A.V.	Var.
<b>Receita bruta</b>	<b>12.915.151</b>	<b>138,6%</b>	<b>14.250.353</b>	<b>134,7%</b>	<b>-9,4%</b>
Impostos e cancelamentos	(3.595.981)	-38,6%	(3.673.501)	-34,7%	-2,1%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>9.319.170</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.576.852</b>	<b>100,0%</b>	<b>-11,9%</b>
Custo de mercadorias vendidas	(5.578.445)	-59,9%	(6.750.978)	-63,8%	-17,4%
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.740.725</b>	<b>40,1%</b>	<b>3.825.874</b>	<b>36,2%</b>	<b>-2,2%</b>
Margem bruta	40,1%		36,2%		3,9 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(437.987)	-4,7%	(337.942)	-3,2%	29,6%
Despesas com vendas	(1.845.015)	-19,8%	(1.856.070)	-17,5%	-0,6%
Outras receitas operacionais	66.643	0,7%	20.254	0,2%	229,0%
<b>Lucro operacional (EBIT)</b>	<b>1.524.366</b>	<b>16,4%</b>	<b>1.652.116</b>	<b>15,6%</b>	<b>-7,7%</b>
(+) Depreciações e amortizações	359.461	3,9%	315.613	3,0%	13,9%
<b>EBITDA</b>	<b>1.883.827</b>	<b>20,2%</b>	<b>1.967.729</b>	<b>18,6%</b>	<b>-4,3%</b>
Margem EBITDA	20,2%		18,6%		1,6 p.p.
Resultado financeiro	(710.342)	-7,6%	(991.428)	-9,4%	-28,4%
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>814.024</b>	<b>8,7%</b>	<b>660.688</b>	<b>6,2%</b>	<b>23,2%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(213.570)	-2,3%	(235.713)	-2,2%	-9,4%
<b>Lucro líquido</b>	<b>600.454</b>	<b>6,4%</b>	<b>424.975</b>	<b>4,0%</b>	<b>41,3%</b>
Margem líquida	6,4%		4,0%		2,4 p.p.

(R\$ milhares)	31/12/2023	31/12/2022
Quantidade Total de Lojas Físicas	172	171
Receita Bruta	12.915.151	14.250.353
Receita Líquida	9.319.170	10.576.852
Lucro Bruto	3.740.977	3.825.874
Margem Bruta %	40,1%	36,2%
EBIT	1.524.366	1.652.116
Margem EBIT %	16,4%	15,6%
(+/-) Pagamento do Passivo de Arrendamento - Locações de imóveis	(372.699)	(347.204)
(+/-) Amortização de Direito de Uso - Locações de imóveis	202.193	174.756
EBIT Ajustado	1.353.860	1.479.668
Margem EBIT Ajustado %	14,5%	14,0%
EBITDA	1.883.827	1.967.729
Margem EBITDA %	20,2%	18,6%
(+/-) Pagamento do Passivo de Arrendamento - Locações de imóveis	(372.699)	(347.204)
EBITDA Ajustado	1.511.128	1.620.525
Margem EBITDA Ajustada %	16,2%	15,3%
Lucro Líquido	600.454	424.975
Margem Líquida %	6,4%	4,0%
(+/-) Encargos do Passivo de Arrendamento - Locações de imóveis	247.040	237.584
(+/-) Pagamento do Passivo de Arrendamento - Locações de imóveis	(372.699)	(347.204)
(+/-) Amortização de Direito de Uso - Locações de imóveis	202.193	174.756
(+/-) Despesas Financeiras FIDC	643.754	730.499
(+/-) Impacto Fiscal - Soma dos ajustes acima aplicado a alíquota de 34%	(244.898)	(270.516)
Lucro Líquido Ajustado	1.075.844	950.094
Margem Lucro Líquido Ajustado %	11,5%	9,0%
NOPAT Ajustado	893.548	976.581
Capital de Giro (Estoques + Contas a Receber - Fornecedores)	465.337	1.797.139
Imobilizado e Intangível	1.436.811	1.540.825
Capital Total Investido	1.902.148	3.337.964
ROIC	47,0%	29,3%
Dívida bruta	1.245.092	2.362.745
Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras e Instrumentos financeiros	1.911.238	1.082.937
Dívida Líquida	(666.146)	1.279.808
Total do patrimônio líquido	949.568	744.009
Dívida líquida e patrimônio líquido	283.422	2.023.817
Quociente de alavancagem	-235,0%	63%

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

#### Aos Diretores e Acionistas da Havan S.A. Brusque (SC)

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Havan S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas



HAVAN S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 com relatório do auditor independente



demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### Reconhecimento de receita de vendas

O processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve um número elevado de controles que têm o objetivo de assegurar de que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos clientes dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas de mercadorias sejam reconhecidas dentro de seus períodos de competência. As receitas auferidas pela Companhia e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados nas notas explicativas 2.3 e 20.

Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria tendo em vista o grande volume e a pulverização de transações diárias ocorridas. Eventuais falhas que envolvem o reconhecimento de receita pela Companhia, poderiam provocar distorções significativas nas demonstrações financeiras. Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos da Companhia e testes substantivos em bases amostrais sobre o processo de reconhecimento de receita, como por exemplo procedimentos para confirmação do corte do reconhecimento de receita, testes documentais para verificação das vendas realizadas e recebimentos financeiros, bem como, testes específicos de correlação entre os saldos de caixa, contas a receber e reconhecimento das receitas, incluindo a revisão das premissas e testes específicos nos critérios de cálculo dos ajustes a valor presente, com foco adicional sobre a avaliação da autenticidade e adequada valorização destas receitas e o registro no correto período de competência.

Baseado no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas de vendas, não identificamos ajustes de auditoria. Esse resultado está consistente com a avaliação da diretoria, assim, consideramos que as práticas contábeis, registros contábeis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.3 e 20, adotados pela diretoria, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela deter-

minou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 12 de março de 2024.

**Ernst & Young**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SC000048/F

**Cleverson Luís Lescowicz**  
Contador CRC-SC-027535/O

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	210.773	821.195
Aplicações financeiras	5	1.700.465	255.619
Contas a receber de clientes	6	1.589.428	2.540.674
Estoques	7	1.258.973	1.354.949
Impostos a recuperar	8	34.652	87.758
Adiantamentos a colaboradores		2.553	2.624
Outros ativos		14.658	75.227
Instrumentos financeiros derivativos	19.g	-	6.123
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.811.502</b>	<b>5.144.169</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Contas a receber de clientes	6	32.580	81.192
Impostos a recuperar	8	22.335	39.684
Depósitos judiciais	17	9.616	8.902
Tributos diferidos	14.a	205.101	144.905
Imobilizado	9	1.406.290	1.496.803
Direito de uso de arrendamento Intangível	15	2.223.643	2.355.158
		30.521	44.022
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.930.086</b>	<b>4.170.666</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>8.741.588</b>	<b>9.314.835</b>

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	12	2.415.644	2.179.676
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	388.027	1.144.669
Obrigações sociais e trabalhistas		202.973	197.838
Obrigações tributárias	13	432.783	372.244
Dividendos a pagar	18.b	3.608	16.477
Passivo de arrendamentos	15	210.684	218.486
Outros passivos	16	113.751	162.214
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.767.470</b>	<b>4.291.604</b>

<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	857.065	1.218.076
Obrigações tributárias	13	169.381	186.949
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	630.890	423.822
Passivo de arrendamentos	15	2.367.214	2.439.212
Outros passivos	16	-	11.163
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.024.550</b>	<b>4.279.222</b>

<b>Patrimônio líquido</b>	18		
Capital social		700.000	300.000
Reserva legal		90.023	60.000
Reserva de incentivos fiscais		17.079	384.009
Lucros acumulados		142.466	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>949.568</b>	<b>744.009</b>

**Total do passivo e patrimônio líquido** 8.741.588 9.314.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20	9.319.170	10.576.852
Custo de mercadorias vendidas	21	(5.578.445)	(6.750.978)
<b>Lucro bruto</b>		<b>3.740.725</b>	<b>3.825.874</b>

<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	21	(437.987)	(337.942)
Despesas com vendas	21	(1.845.015)	(1.856.070)
Outras receitas operacionais	23	66.643	20.254
		(2.216.359)	(2.173.758)

**Resultado antes do resultado financeiro** 1.524.366 1.652.116

<b>Resultado financeiro</b>	22		
Receitas financeiras		659.065	543.609
Despesas financeiras		(1.376.201)	(1.539.211)
Varição cambial		6.794	4.174
		(710.342)	(991.428)

**Lucro antes dos impostos** 814.024 660.688

<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
IRPJ e CSLL correntes	14.b	(273.766)	(280.490)
IRPJ e CSLL diferidos	14.b	60.196	44.777
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>600.454</b>	<b>424.975</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>600.454</b>	<b>424.975</b>

Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:  
Outros resultados abrangentes - -

**Total dos resultados abrangentes** 600.454 424.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



HAVAN S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 com relatório do auditor independente



### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	300.000	51.514	336.774	105.557	793.845
Lucro líquido do exercício	-	-	-	424.975	424.975
Distribuição de lucros	-	-	-	(474.811)	(474.811)
Constituição de reserva legal	-	8.486	-	(8.486)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	47.235	(47.235)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	300.000	60.000	384.009	-	744.009
Lucro líquido do exercício	-	-	-	600.454	600.454
Distribuição de lucros	-	-	-	(394.895)	(394.895)
Constituição de reserva legal	-	30.023	-	(30.023)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	33.070	(33.070)	-
Aumento de capital	400.000	-	(400.000)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	700.000	90.023	17.079	142.466	949.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>(+) RECEITAS</b>	<b>12.060.258</b>	<b>13.353.983</b>
Vendas de mercadorias, líquidas de cancelamentos e devoluções	12.029.929	13.290.246
Prestação de serviços	234.102	306.069
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(289.732)	(275.184)
Outras receitas	85.959	32.852
<b>(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui impostos)</b>	<b>(7.510.438)</b>	<b>(8.655.932)</b>
Custos das vendas de mercadorias e dos serviços prestados	(6.610.270)	(7.644.082)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(886.996)	(1.012.417)
Perdas/Recuperação de valores estoques	(13.172)	567
<b>(=) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>4.549.820</b>	<b>4.698.051</b>
<b>(-) DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>(359.461)</b>	<b>(315.613)</b>
Depreciação, amortização e exaustão	(359.461)	(315.613)
<b>(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>4.190.359</b>	<b>4.382.438</b>
<b>(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>663.745</b>	<b>547.497</b>
Receitas financeiras, variações cambiais positivas	663.745	547.497
<b>(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>4.854.104</b>	<b>4.929.935</b>
<b>(=) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>4.854.104</b>	<b>4.929.935</b>
<b>Pessoal</b>	<b>961.726</b>	<b>996.139</b>
Remuneração direta	813.685	854.301
Benefícios	93.836	86.397
FGTS	54.205	55.441
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>1.915.092</b>	<b>1.961.676</b>
Federais	952.116	695.988
Estaduais	944.313	1.249.774
Municipais	18.663	15.914
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>1.376.832</b>	<b>1.547.147</b>
Despesas financeiras, variações cambiais negativas	1.374.088	1.538.926
Aluguéis	2.744	8.221
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>600.454</b>	<b>424.973</b>
Juros sobre capital próprio e lucros distribuídos	394.895	424.973
Lucros retidos	205.559	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>814.024</b>	660.688
Depreciações	106.894	101.884
Amortização de direito de uso	233.513	207.507
Amortizações	19.054	6.222
Encargos incorridos sobre passivos financeiros	243.608	339.005
Juros auferidos e não resgatados	-	(20.619)
Encargos sobre arrendamentos a pagar	268.690	261.194
Baixa de ativo imobilizado	2.254	1.106
Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	289.732	275.184
Provisão de estoques	13.172	(568)
Variação dos instrumentos financeiros	6.123	16.342
Juros sobre parcelamentos tributários	21.135	22.576
Provisão/Estorno de contingências	207.068	109.428
Variação cambial sobre empréstimos	193	(19.708)
Variação cambial sobre arrendamentos	(920)	(2.712)
Baixa de arrendamento	(1.993)	1.888
<b>Redução (aumento) em:</b>		
Contas a receber de clientes	710.126	(526.066)
Estoques	82.804	283.962
Impostos a recuperar	70.455	1.075
Partes relacionadas	-	30.314
Outros ativos	59.926	(22.570)
<b>Aumento (redução) em:</b>		
Fornecedores	235.968	(165.971)
Obrigações sociais e trabalhistas	5.135	11.879
Obrigações tributárias	(26.356)	(92.333)
Outros passivos	(59.626)	(8.226)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(225.574)	(173.803)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>3.075.405</b>	1.297.678
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(18.635)	(154.685)
Adições de intangível	(5.553)	(11.192)
Aplicações financeiras	(1.444.846)	(235.000)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.469.034)</b>	(400.877)
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos	-	548.862
Pagamentos de empréstimos (principal)	(1.011.582)	(612.846)
Juros pagos sobre empréstimos	(349.872)	(255.440)
Dividendos pagos	(407.764)	(657.548)
Contraprestação de arrendamento	(447.575)	(389.240)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(2.216.793)</b>	(1.366.212)
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(610.422)</b>	(469.411)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	821.195	1.290.606
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	210.773	821.195
<b>Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(610.422)</b>	(469.411)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Havan S.A. ("Havan" ou "Companhia"), com sede em Brusque (Rod. Antônio Heil, 200 - Centro 1, CEP 88353-100) - Estado de Santa Catarina, foi constituída em 26 de setembro de 1986. A Companhia atua na venda de artigos de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, tecidos, brinquedos, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, ferramentas em geral, tapetes, vestuário em geral, e outros próprios de lojas de departamentos, além da venda de produtos pela Internet.

As operações são efetuadas através de 172 megalojas físicas e 1 e-commerce, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram inauguradas 11 megalojas (31 de dezembro de 2022 - 6 lojas) a Havan está localizada em 23 estados e no Distrito Federal conforme mapa abaixo:

### 2. Políticas contábeis

#### 2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 12 de março de 2024.

#### 2.1.1. Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado de sua liquidez corrente, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a liquidez corrente é de 1,28 (R\$ 4.811.502 - Ativo Circulante em 2023 / R\$ 3.767.470 - Passivo Circulante em 2023).

### 2.2. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

### 2.3. Reconhecimento de receita

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e apresentada deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas.

#### (i) Venda de mercadorias

As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando, quando atingidas as seguintes condições; i) o controle sobre as mercadorias é transferido para o comprador; ii) Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas; iii) os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. Receitas que possuem realização incerta, não são reconhecidas pela Companhia.

#### (ii) Prestação de serviços

Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos (de direito exclusivo da Companhia) fluirão para a Companhia e se seus valores puderem ser confiavelmente mensurados.

#### (iii) Receita de juros

As receitas de juros são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas



HAVAN S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 com relatório do auditor independente



ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e se seus valores puderem ser confiavelmente mensurados. As receitas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Receitas que possuem realização incerta, não são reconhecidas pela Companhia.

#### 2.4. Tributos

##### (i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas de forma redutora na mesma rubrica para a apresentação do efeito líquido, sempre que aplicável.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e aplica o tratamento contábil e/ou divulgações julgadas adequadas para cada situação.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$ 240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

##### (ii) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

##### (iii) Tributos indiretos

As receitas são reconhecidas líquidas dos tributos. As aquisições de mercadorias, de serviços, de ativos e as despesas também são reconhecidas líquidas dos impostos e seus respectivos incentivos fiscais. Quando as aquisições não originarem direito a crédito tributário, os tributos não recuperáveis são reconhecidos como parte do custo de aquisição da mercadoria, do serviço, do ativo e da despesa até seu limite de recuperabilidade. Após sua apuração as posições credoras ou devedoras serão apresentadas na forma de saldos a recuperar ou a pagar, no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes tributos, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - % aplicados de acordo com a legislação tributária de cada estado variando de 4% a 18%.

#### 2.5. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

##### (i) Ativos financeiros

###### Reconhecimento inicial e mensuração

As classificações dos ativos financeiros são baseadas no modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos nas características dos fluxos de caixa contratuais, sendo classificados conforme segue:

- Instrumentos de dívida mensurados a custo amortizado ("CA");
- Instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - a Companhia não possui transações com instrumentos financeiros classificados nesta modalidade
- Instrumentos de dívida, derivativos, instrumentos de patrimônio e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR");

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

###### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ao custo amortizado

Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Neste grupo estão incluídas as rubricas de contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas.

- Ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Neste grupo estão incluídas as rubricas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros (swap).

###### Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

###### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas do balanço a Companhia avalia a existência de indicadores que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após seu reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão.

##### (i) Passivos financeiros

###### Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamentos, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros.

###### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR); e
- Passivos financeiros ao custo amortizado (CA).

A Companhia possui apenas passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao custo amortizado.

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

#### 2.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de câmbio de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

#### 2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é necessário para as contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores. A contrapartida dos ajustes a valor presente é efetuada com contrapartida em rubricas de resultado, quando apropriado, observando a essência econômica e natureza de cada transação.

#### 2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

#### 2.9. Aplicações financeiras

Aplicações financeiras são mantidas com instituições financeiras com o objetivo de auferir renda por um período determinado de até 12 meses. A Companhia considera uma aplicação financeira com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa que ficará aplicado por um prazo e rendimentos anteriormente determinados. A receita com a renda da aplicação financeira é reconhecida no resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia. As aplicações financeiras podem ser resgatadas antes do prazo acordados, contudo, poderão sofrer alterações nos ganhos acordados inicialmente.

#### 2.10. Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são trimestralmente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

#### 2.11. Contas a receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores das vendas ajustado a valor presente quando aplicável, e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

#### 2.12. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, exceto terrenos e obras em andamento. Juros incorridos são capitalizados durante a fase de construção



HAVAN S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 com relatório do auditor independente



dos bens, para ativos elegíveis e quando aplicável. A depreciação é calculada e reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada e consequentemente as taxas de depreciação são revisadas anualmente ao final do exercício, sendo o efeito de quaisquer mudanças nestas estimativas tratados prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos. A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de valores imobilizados está descrita na nota explicativa 2.15.

### 2.13. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. Amortização de ativos intangíveis com vida definida é feita ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada, ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa, consistente com a utilização do ativo intangível.

### 2.14. Provisões

#### Geral

Provisões são reconhecidas quando: i) existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 2.15. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

#### Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### Ativos de direito de uso

A Companhia passou a reconhecer, a partir de 01 de janeiro de 2019, os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se for provável que a titularidade do ativo arrendado seja transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de

início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

#### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### 2.16. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o negócio em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

### 2.17. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização ao final de cada período de divulgação. Os instrumentos financeiros da Companhia registrados a valor justo na data dos balanços foram mensurados da seguinte forma:

- Nível 1: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras;
- Nível 2: instrumentos financeiros derivativos (swap).

### 2.18. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 2.19. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo relativo à distribuição de lucros quando existe uma obrigação presente de distribuição na data base de apresentação das demonstrações financeiras, oriunda de previsões societárias ou quando estipuladas e autorizadas até a referida data.

### 2.20. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 9 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

### 2.21. Segmento operacional

A Companhia atua no varejo no Brasil e possui um único segmento operacional. Em função da concentração de suas atividades no segmento operacional no mercado varejista de eletroeletrônicos, venda de artigos de cama, mesa e banho, utensílios domésticos, tecidos, brinquedos, eletrodomésticos, ferramentas em geral, tapetes, vestuário em geral, e outros próprios de lojas de departamentos, além da venda de produtos pela internet, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio, possuindo, portanto, um único segmento.

### 2.22. Benefícios a empregados e administradores

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição, assistência médica, vale-transporte e remuneração variável. A Companhia não possui benefícios classificados como benefício.

#### Participação dos colaboradores e administradores no resultado

Tanto os executivos como os colaboradores têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Não existem pagamentos baseados em cotas ou outra espécie de remuneração complementar aos executivos além da participação no resultado.

### 2.23. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Os benefícios de subvenções governamentais se referem a itens de despesa, e são reconhecidos como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. A Companhia destaca em uma rubrica do patrimônio líquido os ganhos obtidos por incentivos fiscais. A Companhia registra como subvenções governamentais os incentivos fiscais substancialmente de ICMS obtidos juntos aos órgãos competentes e legislações vigentes.

### 2.24. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### IFRS 17 - Contratos de seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### Definição de estimativas contábeis - Alterações ao IAS 8.

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### Divulgação de políticas contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por



HAVAN S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 com relatório do auditor independente



um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12**

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Reforma tributária internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12**

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**2.25. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

**Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)**

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)**

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

**3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

**3.1. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os julgamentos, abaixo descritos, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- (i) Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatário)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetar a sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Os períodos de renovação de arrendamentos com períodos não canceláveis mais longos não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

**3.2. Estimativas e premissas**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

**(i) Tributos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

**(ii) Mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**(iii) Provisão para perdas nos estoques**

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas identificadas no inventário físico de lojas e centrais de distribuição e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

**(iv) Provisão para realização dos estoques**

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas, frente ao custo de aquisição das mercadorias. A esta análise também considera a relação de itens tidos como obsoletos.

**(v) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

**(vi) Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes**

A provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes é estimada com base no histórico de perdas identificadas e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização de contas a receber de clientes.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos à vista	186.385	97.035
Aplicações financeiras	24.388	724.160
	<b>210.773</b>	<b>821.195</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, remuneradas, entre 77,0% a 95,0% do CDI (31 de dezembro de 2022 - 77,0% a 100,0 do CDI).

A Companhia mantém políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras consideradas sólidas pela Administração da Companhia.

**5. Aplicações financeiras**

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	1.700.465	255.619
	<b>1.700.465</b>	<b>255.619</b>

A Companhia aplicou recursos em Certificados de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, com prazos de até 1 ano, para obter uma remuneração superior as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, sendo remuneradas entre 86% a 103% do CDI (31 de dezembro de 2022 - 100,0% a 104,3% do CDI). As aplicações financeiras podem ser resgatadas anteriormente ao seu vencimento, contudo com rendimentos inferiores ao previstos inicialmente. A Companhia mantém políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras consideradas sólidas pela Administração da Companhia.

**6. Contas a receber de clientes**

Os valores a receber de clientes estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes cartão Havan	1.559.570	2.257.395
Administradoras de cartões de crédito	799.714	1.046.511
Contas a receber	2.359.284	3.303.906
(-) Ajuste a valor presente	(60.612)	(92.184)
(-) Perdas de créditos esperadas	(676.664)	(589.856)
Total de contas a receber de clientes	<b>1.622.008</b>	<b>2.621.866</b>
Circulante	1.589.428	2.540.674
Não circulante	32.580	81.192

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações com base na taxa estimada pelo prazo de recebimento, que considerou o risco atrelado ao recebível como sendo a taxa média de inadimplência adicionado ao CDI como indexador inflacionário. O prazo médio de recebimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 81 dias (31 de dezembro de 2022 – 80 dias). O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de clientes e sua recomposição é registrada como receita financeira no resultado financeiro. A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi, na média, de 13,63% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (9,13% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

O saldo com as administradoras de cartões de crédito corresponde aos recebíveis provenientes das vendas no curso normal dos negócios da Companhia, os quais vencem em parcelas de até 10 meses. Os saldos de recebíveis decorrentes do Cartão Havan são de operações de crediário (parcelamento direto Companhia e cliente), podendo ser parcelado em até 24 meses.

A Administração analisa valores relevantes em atraso e constitui uma perda adicional caso necessário. As perdas apresentam a seguinte movimentação:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(530.963)</b>
Adições	(275.184)
Baixas	216.291
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(589.856)</b>
Adições	(289.732)
Baixas	202.924
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(676.664)</b>

O critério das perdas estimadas em crédito do Cartão Havan, tem como base o histórico de realização da carteira, levando em consideração a performance de recuperação dos recebíveis até 180 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira. O percentual estimado, calculado com base histórica, que é de 2,04% (1,97% em 31 de dezembro de 2022) sobre as vendas. Em adição a esta análise a Companhia efetua a avaliação de impairment da carteira e realiza eventuais complementos da provisão.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>A vencer:</b>		
A vencer acima de 360 dias	32.580	81.192
A vencer de 181 a 360 dias	269.115	378.084
A vencer de 91 a 180 dias	428.278	644.119
A vencer até 90 dias	823.560	1.406.130
<b>Vencidos:</b>		
Vencidos até 90 dias	118.674	163.279
Vencidos de 91 a 180 dias	99.413	129.809
Vencidos de 181 a 360 dias	200.782	206.332
Vencidos há mais de 360 dias	386.882	294.961
	<b>2.359.284</b>	<b>3.303.906</b>



### HAVAN S.A.

#### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 com relatório do auditor independente



#### 7. Estoques

Os estoques da Companhia estão assim formados:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias para revenda	1.303.301	1.382.490
(-) Efeito de ajuste a valor presente	(18.417)	(14.802)
(-) Provisão para perdas de estoques	(25.911)	(12.739)
	<b>1.258.973</b>	<b>1.354.949</b>

A movimentação da provisão para perdas de estoques está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(13.307)
Baixas	568
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(12.739)
Adições	(13.172)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(25.911)

#### 8. Impostos a recuperar

Registra-se nesta rubrica, montantes relativos a impostos passíveis de compensação e/ou restituição, oriundos das atividades da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS a recuperar	15.550	10.936
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	41.431	60.137
IRPJ/CSLL a recuperar	-	56.362
Outros	6	7
	<b>56.987</b>	<b>127.442</b>
Circulante	34.652	87.758
Não circulante	22.335	39.684

#### 9. Imobilizado

A seguir encontra-se a síntese da movimentação do imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Taxa média anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido em 31/12/2023	Líquido em 31/12/2022
Edificações e instalações	4% a 5%	308.769	(105.786)	202.983	228.528
Máquinas e equipamentos	10%	90.206	(45.599)	44.607	47.502
Móveis e utensílios	10%	335.479	(195.282)	140.197	160.189
Equipamentos de informática	20%	121.135	(76.716)	44.419	50.869
Veículos e aeronaves	10% a 35%	17.135	(8.124)	9.011	10.485
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3% a 10%	1.235.826	(281.172)	954.654	965.212
Obras em andamento (a)		10.419	-	10.419	34.018
		<b>2.118.969</b>	<b>(712.679)</b>	<b>1.406.290</b>	<b>1.496.803</b>

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transfêrência	Saldo em 31/12/2023
<b>Custo</b>					
Edificações e instalações	320.520	5.682	-	(17.433)	308.769
Máquinas e equipamentos	88.617	1.589	-	-	90.206
Móveis e utensílios	329.934	5.595	(50)	-	335.479
Equipamentos de informática	115.663	5.472	-	-	121.135
Veículos e aeronaves	16.966	297	(128)	-	17.135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.196.741	-	(1.947)	41.032	1.235.826
Obras em andamento	34.018	-	-	(23.599)	10.419
	2.102.459	18.635	(2.125)	-	2.118.969
<b>Depreciação</b>					
Edificações e instalações	(91.992)	(13.794)	-	-	(105.786)
Máquinas e equipamentos	(41.115)	(4.484)	-	-	(45.599)
Móveis e utensílios	(169.745)	(25.536)	(1)	-	(195.282)
Equipamentos de informática	(64.794)	(11.794)	(128)	-	(76.716)
Veículos e aeronaves	(6.481)	(1.643)	-	-	(8.124)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(231.529)	(49.643)	-	-	(281.172)
	(605.656)	(106.894)	(129)	-	(712.679)
<b>Total do imobilizado</b>	<b>1.496.803</b>	<b>(88.259)</b>	<b>(2.254)</b>	<b>-</b>	<b>1.406.290</b>

(a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía obras em andamentos nas cidades de Joinville/SC e Manaus/AM.

A seguir encontra-se a síntese da movimentação do imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transfêrência	Saldo em 31/12/2022
<b>Custo</b>					
Edificações e instalações	290.989	29.531	-	-	320.520
Máquinas e equipamentos	87.262	1.885	(530)	-	88.617
Móveis e utensílios	309.733	21.259	(1.058)	-	329.934
Equipamentos de informática	105.627	10.162	(126)	-	115.663
Veículos e aeronaves	17.080	-	(114)	-	16.966
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.108.431	-	(140)	88.450	1.196.741
Obras em andamento	30.620	91.848	-	(88.450)	34.018
	1.949.742	154.685	(1.968)	-	2.102.459
<b>Depreciação</b>					
Edificações e instalações	(83.241)	(8.751)	-	-	(91.992)
Máquinas e equipamentos	(36.962)	(4.186)	33	-	(41.115)
Móveis e utensílios	(142.940)	(27.280)	475	-	(169.745)
Equipamentos de informática	(53.473)	(11.675)	354	-	(64.794)
Veículos e aeronaves	(4.948)	(1.533)	-	-	(6.481)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(183.070)	(48.459)	-	-	(231.529)
	(504.634)	(101.884)	862	-	(605.656)
<b>Total do imobilizado</b>	<b>1.445.108</b>	<b>52.801</b>	<b>(1.106)</b>	<b>-</b>	<b>1.496.803</b>

A Companhia não possui imobilizados de sua propriedade dados em garantias a quaisquer empréstimos e financiamentos, ou, de processos seja na esfera administrativa ou judicial.

A Companhia revisou e não identificou mudanças em suas taxas de depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram identificadas perdas no retorno dos ativos da Companhia que pudessem requerer provisão para perda de recuperabilidade (impairment) de seus ativos imobilizados.

#### 10. Partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas na data dos balanços são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022	
<b>Passivo</b>			
<b>Fornecedores (passivo circulante)</b>			
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	Aluguel	12.428	11.872
Brashop S.A.	Aluguel	230	2.038
Master S.A.	Aluguel	1.850	1.824
Angicos Participações Ltda.	Aluguel	249	240
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	Aluguel	1.790	49
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda.	Aluguel	439	422
FIDC Fornecedores (a)	Antec. Fornec.	520.845	-
		<b>537.831</b>	<b>16.445</b>
<b>Passivo de arrendamentos (passivo circulante e não circulante)</b>			
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	Arrendamentos	936.655	985.492
Brashop S.A.	Arrendamentos	19.217	211.068
Master S.A.	Arrendamentos	145.804	211.068
Angicos Participações Ltda.	Arrendamentos	31.545	30.859
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	Arrendamentos	181.907	-
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda.	Arrendamentos	41.576	40.488
		<b>1.356.704</b>	<b>1.478.975</b>
Total do passivo		<b>1.894.535</b>	<b>1.495.420</b>

(a) Vide nota explicativa 12.

Transações que afetaram o resultado do exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Despesa energia elétrica</b>		
Havan Comercializadora de Energia Ltda.	(12.828)	-
Geradora de Energia Rio Fortuna S.A.	(8.680)	(12.560)
Geradora de Energia São Maurício S.A.	(3.097)	(4.896)
<b>Despesa antecipação de recebíveis</b>		
Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	(621.570)	(730.499)
Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores	(22.184)	-
<b>Despesas de serviços de publicidade</b>		
Solução Propaganda e Publicidade Ltda.	-	(759)
<b>Despesas de amortização de direito de uso</b>		
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	(114.148)	(93.609)
Brashop S.A. - Administradora de Shopping Center	(2.204)	(9.348)
Master S.A.	(9.728)	(8.321)
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	(7.998)	(516)
Angicos Participações Ltda.	(1.071)	(994)
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda	(1.662)	(1.544)
<b>Despesas de juros sobre arrendamento</b>		
Challenger Fundo de Investimento Imobiliário	(91.408)	(92.685)
Brashop S.A. - Administradora de Shopping Center	(1.906)	(12.157)
Master S.A.	(17.033)	(15.581)
Edmonton Comércio e Serviços Ltda.	(18.610)	(18)
Angicos Participações Ltda.	(2.594)	(2.446)
Bruem Brusque Empreendimentos Ltda	(4.817)	(4.535)

#### 10.1. Termos e condições de transação com partes relacionadas

A Companhia mantém transações com empresas classificadas pela Administração como partes relacionadas, por possuírem controle comum do acionista controlador da Companhia, o Sr. Luciano Hang.

A Companhia mantém contratos de aluguel de lojas comerciais com a Brashop S.A. Administradora de Shopping Center, Master S.A., Edmonton Comércio e Serviços Ltda., Angicos Participações Ltda. e com Challenger Fundo de Investimento Imobiliário, os preços acordados são considerados a prática de mercado vigente.

As despesas de energia elétrica referem-se à compra de energia de companhias geradoras de energia elétrica (PCH) de propriedade dos acionistas ou nas quais os acionistas tenham participação societária. Os preços são estabelecidos em contratos e respeitam as diretrizes dos órgãos reguladores.

A Companhia não possui cotas ou controle do FIDC - Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. As despesas com as antecipações de recebíveis com a Havan Fundo de Direitos Creditórios referem-se ao valor do desconto de recebíveis pagos para o FIDC de acordo com as taxas pré-acordadas com entra as partes. Ao transferir o título a Companhia não possui mais direito ou obrigação sobre os recebíveis, sendo todos os riscos e benefícios transferidos para o FIDC, ainda, a Companhia não fornece garantias aos recebíveis.

#### 10.2 Despesas com administradores

A Companhia é administrada por uma Diretoria, formada por 2 (dois) membros acionistas ou não, residentes no país. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as despesas com esses administradores, compostas por pró-labore, encargos sociais obrigatórios, totalizaram R\$ 1.753 (R\$ 1.848 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia concede aos seus administradores plano de assistência médica, mas a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

#### 10.3 Obrigações da Companhia e seu acionista controlador como fiador em empréstimos de partes relacionadas

A Companhia e seu acionista controlador Sr. Luciano Hang, participam como fiadores de contratos de empréstimos de partes relacionadas. Especificamente para a parte relacionada Challenger Fundo de Investimento Imobiliário, além do aval, os empréstimos possuem cláusulas compulsórias de covenants a serem cumpridos, que leva em consideração inclusive os números contábeis da Havan.

A Companhia participa como fiadora em debêntures das pequena central hidrelétrica (PCH) Rincão dos Albinos Energética S.A. e Rincão São Miguel Energética S.A., que são partes relacionadas através do seu acionista controlador Luciano Hang, a Companhia possui a intensão de compra de energia que será gerada pelas PCHs.

As demonstrações financeiras da Companhia são objeto de análise de indicadores de covenants da Guassupi Participações S.A., porém a Companhia não é fiadora da operação, apenas possui vínculo através do seu acionista controlador Sr. Luciano Hang.

A Companhia faz acompanhamento (Cross-default) da saúde financeira de suas partes relacionadas com objetivo de destacar possíveis passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 as companhias estavam adimplentes com as obrigações e com os indicadores de covenants.



### HAVAN S.A.

#### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 com relatório do auditor independente



#### 11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
<b>Capital de giro</b>			
CCB	100%CDI+2,9%a.a.	-	43.388
<b>Notas promissórias</b>			
Itaú	100%CDI+1,75%a.a.	-	600.075
<b>Debêntures</b>			
Itaú	100%CDI+2,25% a.a.	566.980	880.703
Bradesco	100%CDI+2,35% a.a.	-	67.289
Santander	100%CDI+2,25% a.a.	138.168	208.102
Opea Securitizadora	100%CDI+1,5% a.a.	539.944	537.855
<b>Moeda estrangeira</b>			
Citibank	100%LIBOR+0,82%	-	25.333
		<b>1.245.092</b>	<b>2.362.745</b>
Circulante		388.027	1.144.669
Não circulante		857.065	1.218.076

Os empréstimos e financiamentos são garantidos, por partes relacionadas e incluem o seguinte: i) por notas promissórias avalizadas pelos sócios, e ii) cessão fiduciária de recebíveis de alugueis. As garantias não têm qualquer remuneração. A Companhia possui em seus contratos de debêntures cláusulas restritivas de covenants, que estão sendo plenamente atendidas em 31 de dezembro de 2023. De acordo com as cláusulas restritivas de covenants a Companhia obriga-se a observar anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas os seguintes índices:

- A razão entre a dívida líquida e o EBITDA não poderá ser superior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos);
- A razão entre o EBITDA e as despesas financeiras líquidas não poderá ser inferior a 3,0 (três inteiros); e
- O Índice de liquidez não poderá ser inferior a 1,13 (um inteiro e treze centésimos);

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia está adimplente com essas cláusulas restritivas de covenants.

A seguir demonstramos os dados dos contratos em 31 de dezembro de 2023:

Debêntures	Data inicial	Data Final	Garantia	Saldo		31/12/2023
				circulante	não circulante	
Itaú	03/08/2020	15/09/2025	Fiança	316.253	250.727	566.980
			Brashop S.A. e Luciano Hang			
Santander	08/10/2020	25/09/2025	Fiança	71.501	66.667	138.168
			Brashop S.A. e Luciano Hang			
Opea Securitizadora	02/05/2022	23/04/2027		273	539.671	539.944
				388.027	857.065	1.245.092

#### Movimentação de empréstimos e financiamentos

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.362.872</b>
Juros e atualizações provisionados e custos com captação	339.005
Variação cambial	(19.708)
Pagamento de empréstimos	(612.846)
Juros pagos	(255.440)
Captação de empréstimos	548.862
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.362.745</b>
Juros e atualizações provisionados e custos com captação	243.608
Variação cambial	193
Pagamento de empréstimos	(1.011.582)
Juros pagos	(349.872)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.245.092</b>

#### Cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos do não circulante em 31 de dezembro de 2023

Ano	31/12/2023
2024	316.805
A partir de 2025	540.260
	<b>857.065</b>

#### 12. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	2.510.475	2.261.944
(-) Efeito de ajuste a valor presente	(94.831)	(82.268)
	<b>2.415.644</b>	<b>2.179.676</b>

A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foi de 15,02% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (14,43% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Inicialmente o seu valor presente possui como contrapartida a conta de "Estoques". Após o registro inicial, o registro da recomposição do ajuste a valor presente é registrado na rubrica "Despesas financeiras". No saldo de fornecedores está considerado, também, os valores a pagar com partes relacionadas classificadas no passivo circulante (Vide nota explicativa 10), em 31 de dezembro de 2023 este saldo representava R\$ 16.986 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 16.445).

A Companhia efetua antecipações de pagamentos com seus fornecedores, realizando o pagamento com um deságio acordado entre as partes, considerando seu vencimento original e o valor, este procedimento é realizado diretamente com o fornecedor, sem intermediários ou operações de risco sacado com instituições financeiras. Os títulos antecipados somaram o montante de R\$ 114.896, os quais iriam vencer no exercício de 2024, porém o pagamento ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Alguns fornecedores da Companhia descontam suas duplicatas em certas instituições financeiras, com o objetivo de antecipar o recebimento. Os fornecedores são nomeados mandatários de cobrança junto as instituições financeiras, ou seja, a Companhia realiza o pagamento diretamente ao fornecedor na data de vencimento e nas condições do acordo comercial efetuado com o fornecedor. O Banco, por sua vez, efetua o registro da transação no SCR ("Sistema de Informações de Créditos"), do Banco Central do Brasil ("BACEN"). Na avaliação da Companhia estes acordos não se configuram na operação de risco sacado. O montante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 37.159 (R\$ 55.700 em 31 de dezembro de 2022). No exercício de 2023, foram iniciadas as atividades do Fundo de Investimento em Direito Creditórios Havan Fornecedores (FIDC Fornecedor), uma entidade relacionada com a Havan por meio de seu acionista, o Sr. Luciano Hang. Nesse fundo, os fornecedores da Havan realizam antecipações de duplicatas com o propósito de antecipar o recebimento. A Havan, por sua vez, liquida o valor integral diretamente ao FIDC Fornecedor na data de vencimento original da duplicata sem qualquer alteração nas condições originalmente negociadas com os respectivos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2023, o montante em aberto a pagar ao FIDC Fornecedor é de R\$ 520.845.

#### 13. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS a recolher	184.870	155.187
PIS e COFINS a recolher	60.582	72.733
IRRF a recolher	5.174	5.455
IRPJ e CSLL a pagar	149.846	117.509
PERT	186.153	195.303
Outros impostos	15.539	13.006
Total de obrigações tributárias	<b>602.164</b>	<b>559.193</b>
Circulante	432.783	372.244
Não circulante	169.381	186.949

Em janeiro de 2017 e setembro de 2017, a Havan, aderiu ao "PRT" e ao "PERT", conforme previsto nas MPs nº 766/2018 e nº 783/2018, realizando a migração dos débitos já parcelados conforme a Lei 12.865/13, bem como débitos novos no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB). Em dezembro de 2018 a RFB realizou a consolidação do PERT. As parcelas estão sendo pagas mensalmente conforme o cronograma de pagamentos.

#### 14. Imposto de renda e contribuição social

##### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Diferenças ativas</b>		
Provisões	131.166	63.293
Ajuste a valor presente	-	8.404
Arrendamento mercantil	79.308	75.290
<b>Diferenças passivas</b>		
Ajuste a valor presente	(5.373)	-
Instrumentos financeiros	-	(2.082)
<b>Saldo líquido de ativo fiscal diferido</b>	<b>205.101</b>	<b>144.905</b>
<b>Total ativo</b>	<b>205.101</b>	<b>144.905</b>

##### b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos e contribuições	814.024	660.688
Alíquotas vigentes dos tributos	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(276.768)	(224.634)

##### Diferenças permanentes:

Doações e outras despesas ineditáveis	(4.516)	(3.767)
Juros sobre capital próprio	18.664	17.106
Incentivos fiscais	41.590	44.536
IRPJ e CSLL sobre atualização Selic processos judiciais	18.043	-
Créditos extemporâneos de IR e CS	-	1.094
Provisão de contingências	(10.607)	(70.291)
Outros	24	243
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>(213.570)</b>	<b>(235.713)</b>

Taxa efetiva do IRPJ e CSLL **26,24%** 35,68%

IRPJ e CSLL correntes	(273.766)	(280.490)
IRPJ e CSLL diferidos	60.196	44.777

#### 15. Arrendamentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía 189 contratos ativos. Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo anualmente. A Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisões para o valor recuperável. A Companhia utiliza os valores fixos ou mínimos estabelecidos nos contratos e o prazo estipulado. A seguir demonstramos as variações no direito de uso de arrendamentos e passivo de arrendamentos:

##### a) Direito de uso de arrendamentos

A movimentação do direito de uso de arrendamentos da Companhia está demonstrada abaixo:

	Aeronaves	Equipamentos de informática	Locações de imóveis	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>202.364</b>	<b>2.327</b>	<b>2.038.485</b>	<b>2.243.176</b>
(+) Novos contratos	-	-	111.630	111.630
(+/-) Remensuração	(1.888)	-	209.747	207.859
(-) Amortização	(31.588)	(1.163)	(174.756)	(207.507)
(-) Baixas	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>168.888</b>	<b>1.164</b>	<b>2.185.106</b>	<b>2.355.158</b>
(+) Novos contratos	-	-	7.346	7.346
(+/-) Remensuração	-	-	108.269	108.269
(-) Amortização	(30.239)	(1.081)	(202.193)	(233.513)
(-) Baixas	-	-	(13.617)	(13.617)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>138.649</b>	<b>83</b>	<b>2.084.911</b>	<b>2.223.643</b>

A composição está demonstrada abaixo:

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido em 31/12/2023
Aeronaves	318.145	(179.496)	138.649
Equipamentos de informática	11.248	(11.165)	83
Locações de imóveis	2.935.499	(850.588)	2.084.911
	<b>3.264.892</b>	<b>(1.041.249)</b>	<b>2.223.643</b>

##### b) Passivo de arrendamentos

Os saldos de passivo de arrendamentos estão demonstrados abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Aeronaves	140.835	193.903
Equipamentos de informática	-	1.078
Locações de imóveis	2.437.063	2.462.717
Arrendamentos a pagar com terceiros	2.577.898	2.657.698
Circulante	210.684	218.486
Não circulante	2.367.214	2.439.212

No saldo de locações de imóveis está considerado, também, os valores a pagar com partes relacionadas classificadas como passivo de arrendamento (Vide nota explicativa 10). Em 31 de dezembro de 2023 este saldo representava R\$ 1.356.704 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 1.478.975). A movimentação de passivo de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	Aeronaves	Equipamentos de informática	Locações de imóveis	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>213.709</b>	<b>2.410</b>	<b>2.250.960</b>	<b>2.467.079</b>
(+) Novos contratos	-	-	111.630	111.630
(+/-) Remensuração	(2.712)	-	209.747	207.035
(+) Encargos	23.450	160	237.584	261.194
(-) Contraprestação (principal e juros)	(40.544)	(1.492)	(347.204)	(389.240)
(-) Baixas	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>193.903</b>	<b>1.078</b>	<b>2.462.717</b>	<b>2.657.698</b>
(+) Novos contratos	-	-	7.346	7.346
(+/-) Remensuração	(920)	-	108.269	107.349
(+) Encargos	21.563	87	247.040	268.690
(-) Contraprestação (principal e juros)	(73.711)	(1.165)	(372.699)	(447.575)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>140.835</b>	<b>-</b>	<b>2.437.063</b>	<b>2.577.898</b>

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamentos do não circulante está demonstrado abaixo:

Ano	31/12/2023
2025	167.709
2026	176.408
2027	184.998
A partir de 2028	1.838.099
	<b>2.367.214</b>

Os contratos de alugueis possuem prazos de 1 a 30 anos de duração, podendo ou não serem renovados desde que ambas as partes tenham comum acordo e aviso prévio de 90 a 180 dias. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado nominal de acordo com o prazo de cada contrato.

A taxa média ponderada de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2023 para locações de imóveis é de 10,56% a.a., para aeronaves arrendadas pela Companhia, duas possuem arrendamento fixado ao CDI e uma fixada ao LIBOR-03 adicionado de um spread de 1,7% a.a.



### HAVAN S.A.

#### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 com relatório do auditor independente



#### 16. Outros passivos

O saldo de outros passivos está assim composto:

	31/12/2023	31/12/2022
Proteção financeira a pagar	27.956	37.347
Antecipação bônus (a)	25.579	55.815
Crédito de ICMS adquirido a pagar	8.462	46.545
Outras exigibilidades	51.754	33.670
	<b>113.751</b>	<b>173.377</b>
Circulante	113.751	162.214
Não circulante	-	11.163

(a) Em março de 2019 a Companhia celebrou um acordo operacional para distribuição de seguros com a Zurich Seguros e recebeu o montante de R\$ 200.000, de forma antecipada, referente ao bônus de exclusividade de venda de serviços de proteção financeira para os clientes do Cartão Havan e bônus de metas a serem alcançadas. Os bônus recebidos são para 5 anos prorrogável em até 1 ano, a Companhia reconhece a receita de acordo com os prazos e metas previstas em contrato.

#### 17. Provisão para contingências de riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas, cíveis e tributárias, tanto na esfera administrativa como judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para aqueles casos em que as probabilidades de perda são consideradas "prováveis", e considera que tais valores são suficientes para cobrir tais perdas. A movimentação dessas provisões pode ser resumida como segue:

	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Ações tributárias (b)	407.952	208.921	-	616.873
Ações cíveis (a)	10.062	-	(5.269)	4.793
Ações trabalhistas (c)	5.808	3.416	-	9.224
Total	423.822	212.337	(5.269)	630.890
Depósitos judiciais	8.902	714	-	9.616
Depósitos judiciais	8.902	714	-	9.616

(a) A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. Essa provisão corresponde aos processos cujas perdas são consideradas de risco provável.

(b) Os principais temas tributários da Companhia envolvem discussões sobre: (i) Recolhimento simplificado para o ICMS diferencial de alíquota e substituição tributária; (ii) PIS e COFINS originados na Zona Franca de Manaus; (iii) créditos de PIS e COFINS glosados pela Receita Federal do Brasil; (iv) despesas que a Receita Federal do Brasil entende que não são dedutíveis do IRPJ e CSLL; e adicionalmente foram constituídas provisões para temas controversos de diversas naturezas. A Companhia possui uma opinião legal de seus assessores jurídicos para todas as temas em discussões, além de acompanhar a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

(c) Corresponde à estimativa de valores relacionados a vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões ocorridas no curso normal de seus negócios. Essa provisão corresponde aos processos de risco provável de perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos que acompanham as referidas causas.

#### Processos com de perda possíveis

Os processos cujas perdas são consideradas como "possível", pelos assessores jurídicos totalizam em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023	31/12/2022
Processos de natureza tributária (a)	1.139.136	509.203
Processos de natureza trabalhista (b)	63.164	53.264
Processos de natureza cível e outros (c)	22.703	21.658
	<b>1.225.003</b>	<b>584.125</b>

(a) Referem-se a discussões de tributos federais (PIS, COFINS, IPI importação, IRPJ e CSLL) e tributos estaduais (ICMS). Os principais assuntos em discussão tratam: (i) de despesas que a Receita Federal do Brasil entende que não são dedutíveis do IRPJ e CSLL, (ii) Créditos de PIS e COFINS glosados ou sujeitos a questionamentos pela Receita Federal do Brasil devido ao grau de subjetividade. Além disso, a Companhia acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

(b) Processos de natureza trabalhista: pleitos de ex-colaboradores solicitando o complemento de verbas trabalhistas.

(c) Processos de natureza cível e outros: referem-se a demandas de questões de ofertas de preço, perda de garantias, garantias estendidas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

#### 18. Patrimônio líquido

##### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 700.000 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 300.000 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por um total de 700.000.000 de ações ordinárias (300.000.000 ações em 31 de dezembro de 2022). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 400.000 com Reservas de Incentivos Fiscais. A Companhia não possuía capital social autorizado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

##### b) Dividendos e destinação de lucros

Em consonância com o estatuto social a distribuição do lucro mínimo obrigatório é de 5%, após constituída a reserva legal. O Conselho de Administração aprovou aos dividendos distribuídos no exercício de 2023, deliberou uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 340.001, também foram aprovados a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 54.894, totalizando uma distribuição R\$ 394.895 reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A seguir demonstramos o total de dividendos pagos até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023
Dividendos pagos no exercício findo 31 de dezembro de 2023	
Dividendo final sobre o exercício de 2022 pagos em 2023	16.477
Dividendos distribuídos e pagos em 2023	391.287
<b>Total de dividendos pagos no exercício findo 31 de dezembro de 2023</b>	<b>407.764</b>

##### c) Reserva legal

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, que prevê a constituição de reserva legal no montante de 5% do lucro líquido limitado a 20% do capital social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia constituiu reservas no montante de R\$ 30.023.

##### d) Reserva de incentivos fiscais

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, com base no valor de subvenções governamentais referente inventivo de ICMS dos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina e incentivos de PIS e COFINS sobre equipamentos de informática. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 400.000 com saldos de Reservas de Incentivos Fiscais.

##### e) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro p atribuível aos acionistas da Companhia, pela divisão do lucro pela quantidade média ponderada de ações em cada exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	600.454	424.975
Quantidade de ações/quotas (lote de mil)	321.096	300.000
Lucro por ação/quota – básico e diluído em reais	1,87	1,42

#### 19. Instrumentos financeiros

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores, imóveis a pagar e partes relacionadas. O principal propósito destes passivos financeiros é financiar as operações da Companhia. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem contas a receber de clientes, partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações. Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada no encerramento das demonstrações financeiras, e, correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são:

	Nível	Custo amortizado	Valor justo	Total
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	210.773	210.773
Aplicações financeira	1	-	1.700.465	1.700.465
Contas a receber de clientes	2	1.622.008	-	1.622.008
<b>Passivos Financeiros</b>				
Fornecedores	2	(2.415.644)	-	(2.415.644)
Empréstimos e financiamentos	2	(1.245.092)	-	(1.245.092)
Passivo de arrendamentos	2	(2.577.898)	-	(2.577.898)
Outros passivos	2	(113.751)	-	(113.751)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>(4.730.377)</b>	<b>1.911.238</b>	<b>(2.819.139)</b>

A Companhia está exposta a risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de taxa de câmbio, risco de gerenciamento de capital, risco da taxa de juros. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos. A alta administração da Companhia conta com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. O comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. Todas as atividades com derivati-

vos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

##### a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. O risco de crédito do cliente é administrado pela Diretoria, estando sujeito aos procedimentos, controles e política por ela estabelecida em relação a esse risco. Os limites bem como a qualidade de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada com base no histórico de perda incorrida da carteira. O cálculo é baseado em perdas históricas efetivas e no saldo em aberto acima de 180 dias. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade.

Adicionalmente, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia não tem concentração de recebíveis, pois possui uma carteira de clientes pulverizada. A Companhia monitora e busca campanhas para quitação de dívidas junto a seus clientes, para evitar aumento de perdas de seus recebíveis.

##### b) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Companhia na data de 31 de dezembro de 2023:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	2.415.644	-	-
Empréstimos e financiamentos	388.027	316.805	540.260
Arrendamentos mercantil	210.684	167.709	2.199.505
	<b>3.014.355</b>	<b>484.514</b>	<b>2.739.765</b>

##### c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial.

##### d) Risco de taxa de câmbio

Esse risco advém de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Companhia administra os riscos de mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivativos ("swap"), visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia liquidou os passivos atrelados à moeda estrangeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

##### e) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos quotistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos quotistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes. A dívida bruta e dívida líquida em relação ao capital em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (circulante)	388.027	1.144.669
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	857.065	1.218.076
Dívida bruta	1.245.092	2.362.745
(-) Caixa e equivalentes de caixa	210.773	821.195
(-) Aplicações financeiras	1.700.465	255.619
(-) Instrumentos financeiros	-	6.123
Dívida líquida	(666.146)	1.279.808
Total do patrimônio líquido	949.568	744.009
Dívida líquida e patrimônio líquido	283.422	2.023.817
Quociente de alavancagem	-235%	63%



### HAVAN S.A.

#### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 com relatório do auditor independente



#### f) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros. A seguir demonstramos os saldos em 31 de dezembro de 2023:

Indexador	31/12/2023	Cenário provável		Cenário possível (+25%)		Cenário remoto (+50%)	
		Taxa média a.a.	Efeito no resultado	Taxa média a.a.	Efeito no resultado	Taxa média a.a.	Efeito no resultado
<b>Aplicações financeiras</b>							
Aplicações financeiras	13,49%	1.700.465	229.393	16,86%	286.698	20,24%	344.174
<b>Empréstimos</b>							
Debêntures	15,41%	1.245.092	(191.869)	19,26%	(239.805)	23,12%	(287.865)
<b>Efeito no resultado</b>			<b>37.524</b>		<b>46.893</b>		<b>56.309</b>

Indexador	31/12/2023	Cenário provável		Cenário possível (+25%)		Cenário remoto (+50%)	
		Taxa média a.a.	Efeito no resultado	Taxa média a.a.	Efeito no resultado	Taxa média a.a.	Efeito no resultado
<b>Aplicações financeiras</b>							
Aplicações financeiras	13,49%	1.700.465	229.393	10,12%	172.087	6,75%	114.781
<b>Empréstimos</b>							
Debêntures	15,41%	1.245.092	(191.869)	11,56%	(143.933)	7,71%	(95.997)
<b>Efeito no resultado</b>			<b>37.524</b>		<b>28.154</b>		<b>18.784</b>

#### g) Instrumentos derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia liquidou operações de instrumentos financeiros derivativos, que estão apresentadas nas demonstrações financeiras a valor justo. O objetivo era proteger a Companhia da exposição cambial (dólares norte-americanos) e taxas de juros fixas, convertendo a dívida para taxa de juros e moeda local. O instrumento utilizado pela Companhia foi o swap e o qual foi liquidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As contratações e liquidações que ocorreram dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, representam R\$ 6.123 (R\$ 16.342 em 31 de dezembro de 2022). Este montante está reconhecido no resultado como despesa financeira.

#### 20. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita bruta</b>		
Revenda de mercadorias	12.681.049	13.944.284
Prestação de serviços e outros	234.102	306.069
<b>Total de receitas</b>	<b>12.915.151</b>	<b>14.250.353</b>
<b>Deduções da receita</b>		
Impostos federais	(998.190)	(1.032.187)
Impostos estaduais	(1.688.177)	(1.712.092)
Devoluções, cancelamentos e outros	(321.737)	(375.219)
Ajuste a valor presente	(329.383)	(278.819)
Perdas esperadas de créditos	(258.494)	(275.184)
<b>Total de deduções das receitas</b>	<b>(3.595.981)</b>	<b>(3.673.501)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>9.319.170</b>	<b>10.576.852</b>

#### 21. Gastos por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Gastos por função</b>		
Custo de mercadorias vendidas	(5.578.445)	(6.750.978)
Despesas gerais e administrativas	(437.987)	(337.942)
Despesas com vendas	(1.845.015)	(1.856.070)
<b>Total</b>	<b>(7.861.447)</b>	<b>(8.944.990)</b>
<b>Gastos por natureza</b>		
Custo de mercadorias vendidas	(5.300.128)	(6.433.445)
Despesas com pessoal	(1.107.571)	(1.150.037)
Depreciação	(106.894)	(101.884)
Amortização	(19.054)	(6.222)
Amortização de direito de uso	(233.513)	(207.507)
Provisão para perdas de créditos	(31.238)	-
Frete	(220.431)	(260.143)
Aluguéis	(2.744)	(8.221)
Serviços de terceiros	(110.736)	(113.527)
Operação de lojas	(149.496)	(144.102)
Comissões de cartão de crédito	(93.216)	(97.255)
Propaganda e publicidade	(166.877)	(241.829)
Energia elétrica	(116.120)	(115.467)
Provisões de contingências	(180.187)	(40.691)
Taxas e tarifas	(23.242)	(24.660)
<b>Total</b>	<b>(7.861.447)</b>	<b>(8.944.990)</b>

#### 22. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros recebidos	91.414	174.849
Rendimento aplicações financeiras	111.596	92.901
Descontos recebidos	41.571	51.952
Ajuste a valor presente	360.955	222.290
Atualização de créditos extemporâneos (b)	53.070	709
Outras receitas financeiras	459	908
<b>Total</b>	<b>659.065</b>	<b>543.609</b>

(TABELA CONTINUA AO LADO, ACIMA)

#### 22. Resultado financeiro (CONTINUAÇÃO DA TABELA)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(243.608)	(339.005)
Descontos concedidos	(44.892)	(26.685)
Despesas bancárias	(4.525)	(6.731)
Multa e juros sobre parcelamentos	(21.135)	(22.576)
Antecipação de recebíveis (a)	(643.754)	(730.499)
Valor justo de instrumentos financeiros	(6.123)	(16.342)
Ajuste a valor presente	(142.881)	(134.603)
Juros sobre arrendamentos a pagar	(268.690)	(261.194)
Outras despesas financeiras	(593)	(1.576)
<b>Total</b>	<b>(1.376.201)</b>	<b>(1.539.211)</b>
<b>Variação cambial</b>		
Variação cambial líquida	6.794	4.174
<b>Total</b>	<b>6.794</b>	<b>4.174</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(710.342)</b>	<b>(991.428)</b>

(a) As despesas financeiras com antecipação de recebíveis foram descontadas exclusivamente com o Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Havan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fornecedores (partes relacionadas).  
(b) O saldo registrado na conta "Atualização de créditos extemporâneos" é substancialmente composto por atualização financeira de resíduo tributário conforme descrito na nota explicativa 23.

#### 23. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas</b>		
Receita deságio impostos	12.742	21.655
Receita crédito tributários extemporâneos (a)	70.918	-
Outras receitas operacionais	2.299	11.196
<b>Despesas</b>		
Outras despesas operacionais	(19.316)	(12.597)
<b>Total</b>	<b>66.643</b>	<b>20.254</b>

(a) Em outubro de 2023 a Companhia registrou o montante de R\$ 108.333. (R\$ 70.918 Outras receitas operacionais e R\$37.415 receitas financeiras) referente ao resíduo tributário decorrente da metodologia adotada na exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Esta metodologia apurou créditos fiscais do PIS e da COFINS em razão da exclusão do resíduo tributário do ICMS que afetou a apuração das bases de cálculo dessas contribuições. A Companhia revisou as declarações acessórias atualizando os valores os quais foram compensados com impostos federais nos meses de outubro a dezembro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A administração da Companhia, em conjunto com os assessores legais, avalia que a possibilidade de êxito em caso de questionamento quanto ao crédito complementar de PIS e COFINS é possível, incluindo, portanto, na divulgação da nota explicativa 17, junto com outros temas de natureza tributária classificados como possível.

#### 24. Transações que não afetaram o caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo sumariadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Remensurações de arrendamentos	108.269	209.747
Novos contratos de arrendamentos	7.346	111.630
Dividendos destacados e não liquidados	3.608	16.477
Baixa direito de uso de arrendamento	13.617	-
Baixa arrendamento a pagar	15.610	-

#### 25. Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e lucros cessantes

Risco	Data de vigência		Cobertura máxima de indenização
	De	Até	
Seguro patrimonial	Dez/23	Dez/24	738.282 (Barra Velha - Centro de Distribuição + lojas)

FAÇA SUAS  
PUBLICAÇÕES  
LEGAIS NO  
JORNAL DE  
MAIOR AUDIÊNCIA  
DE BRUSQUE E  
REGIÃO, COM  
SEGURANÇA  
GARANTIDA PELA  
CERTIFICAÇÃO  
DIGITAL ICP  
BRASIL.

47 3351-1980

publicidadelegal  
@omunicipio.com.br

